

## Para uma cartografia da contemporaneidade: o olhar sincrónico e a revitalização dos Estudos Culturais\*

Fátima Vieira<sup>1</sup>

### 1. Os estudos sobre o espaço: uma proposta para a compreensão da contemporaneidade

Nos últimos anos, a teoria social tem assistido à afirmação da centralidade de uma perspectiva crítica espacial para a compreensão do mundo e das relações entre os indivíduos. Depois da perspectiva historicista da evolução das sociedades que primeiro o Iluminismo e em seguida o Marxismo impuseram à teoria social, eis que o elemento espacial ganha importância, abrindo o caminho a uma nova abordagem da Cultura e da Literatura, que se socorre de ferramentas conceptuais tomadas emprestadas à Geografia.

A nossa era parece ser, de facto, e como já o anuncia Michel Foucault na década de 70<sup>2</sup>, a era do espaço, da simultaneidade, da justaposição, da dispersão, factores que não são apreensíveis através de uma abordagem historicista porque se não inscrevem numa linha temporal. Não significa isto que a contemporaneidade esteja a passar por um período de rejeição da História, dos instrumentos de análise que ela utiliza ou das conclusões a que ela conduz; pretende-se antes dizer que a contemporaneidade tem beneficiado desta nova atenção dada ao espaço, tendo vindo a construir aquilo a que podemos chamar uma “visão acrescentada”, fruto do cruzamento do olhar diacrónico do historiador com a visão sincrónica do geógrafo. Este cruzamento de olhares tem contribuído para a revitalização das interpretações críticas na área dos estudos culturais e literários, que definem como objecto formal de estudo a reflexão sobre um até agora negligenciado subtexto espaciotemporal.

Alicerçados sobre as teorias fundadoras de Henri Lefebvre, Michel Foucault e John Berger, os *Spatiality Studies*, actualmente tão em voga nos Estados Unidos da América, partem do estudo da geografia dos **lugares** (que são físicos, orgânicos e estáveis) para a análise dos **espaços** (que são maleáveis, com fronteiras em contínua mutação).<sup>3</sup> Imagens

---

\* Este texto foi apresentado pela primeira – e única – vez ao 2º Congresso Internacional de Geografia Rural (23-24 de Janeiro, Porto), mas foi também entregue para publicação no volume de homenagem à Prof. Doutora Maria Leonor Machado de Sousa (*Estudos Anglo-Portugueses: Livro de Homenagem a Maria Leonor Machado de Sousa*. Org. Carlos Ceia *et. al.* Lisboa; Edições Colibri, pp. 673-679).

<sup>1</sup> Professora na Faculdade de Letras da Universidade do Porto

<sup>2</sup> Como explica Edward Soja, as ideias mais consistentes de Foucault sobre a importância do espaço para a compreensão da contemporaneidade não se encontram nas suas obras mais conhecidas mas essencialmente em duas palestras: “Questions on Geography” (cf. Gordon [ed.] 1980) e “Of Other Spaces” (cf. Foucault 1986). Sobre o assunto, cf. Soja 1999:5.

e metáforas do domínio da cartografia e da geografia são assim utilizadas para a descrição não de elementos físicos mas de planos que são apenas apreensíveis no âmbito da teia de relações que se estabelecem entre os indivíduos e entre estes e os lugares. São os espaços e não os lugares que servem de referente ao homem enquanto sujeito e é em relação a estes que ele constrói a sua subjectividade (Kirby 1996:14). Mais do que um ser histórico, cuja vida é explicada pelo seu desenvolvimento no eixo temporal, o homem é encarado como uma subjectividade construída a partir da percepção que ele tem do mundo e que os outros têm dele. É então a própria subjectividade que se assume como espaço a explorar, a analisar, um espaço de interioridade que permite reinvenções por parte do sujeito, a quem compete reagir às fronteiras que lhe são impostas.

Mas descrever espaços de subjectividade, criados a partir da reacção dos indivíduos aos lugares, da sua percepção do mundo e da sua relação com os outros sujeitos, equivale a descrever as relações culturais e políticas que eles pressupõem. A descrição dos espaços de subjectividade é sempre, como já Foucault faz notar na década de 70, uma descrição de relações de poder.<sup>4</sup> No campo da geografia enquanto área de estudo, a descrição das relações de poder implica uma atenção às grandes estratégias geopolíticas e aos programas convencionados para as áreas urbanas e rurais. Os estudos geográficos pós-modernos têm vindo a aliar, como muito bem descreve Edward Soja, uma perspectiva de materialismo histórico a uma perspectiva de materialismo geográfico, assente na tripla dialéctica do espaço, do tempo e do ser social, uma reterritorialização transformadora das relações entre História, Geografia e Modernidade (Soja 1999: 12). Contudo, é bem mais fácil explicar-se a transformação das sociedades através do tempo do que num plano sincrónico. Soja dá-nos conta dessa dificuldade quando apresenta o seu estudo da cidade de Los Angeles, tentando descrevê-la nos seus diferentes planos de simultaneidade. Segundo Soja, o grande problema do geógrafo pós-moderno é que o domínio da gramática descritiva e da sintaxe das geografias humanas, dos fonemas e epistemas adequados à interpretação espacial, é ainda muito pobre. Se a linguagem é uma sucessão de signos no tempo, como poderemos utilizá-la para dar conta daquilo que se desenvolve em vários planos de simultaneidade? É neste sentido que Soja conclui que a tarefa de uma descrição regional holista é impossível, tal como é impraticável, em sentido absoluto, a própria estratégia ditada pelas novas perspectivas do materialismo histórico-geográfico (Soja 1999: 247).

O problema que Edward Soja evoca prende-se pois com a inadequação da nossa ferramenta linguística para descrever os espaços de subjectividade. O olhar de um geógrafo sobre um espaço, aos mais diferentes níveis, desde o espaço físico de carácter material e do espaço mental de cognição e representação à própria essência da espacialidade enquanto local socialmente produzido e construído (Soja 1999: 120) é, como Soja refere, necessariamente incompleto porque o objecto a descrever não pode ser traduzido numa linguagem que assente numa lógica temporal. É esta a linguagem dos geógrafos, a da descrição dos números, da leitura dos mapas e das estatísticas, baseada na observação da matéria.

Mas não haverá uma linguagem outra, que dê conta dos espaços de simultaneidade que a Geografia aspira a descrever? A resposta chega-nos da década de 70 do século passado, pela voz de John Berger, e é referida pelo próprio Soja, embora não valorizada no sentido que me proponho aqui avançar. Segundo Berger, o romance moderno oferece-nos um olhar sincrónico sobre a realidade, traduzido por um modo de narração novo: é já impossível contar-se uma história desenvolvendo-se no tempo. É sem dúvida a adequação

---

<sup>3</sup> Para uma melhor compreensão das diferenças entre lugar e espaço cf. Kirby 1996:16).

<sup>4</sup> Sobre o assunto, cf. Soja 1999:21.

da linguagem literária aos espaços de simultaneidade em que nos inscrevemos que Berger se refere em *The Look of Things*, publicado em 1974:

“And this is because we are too aware of what is continually transversing the storyline laterally (...). Such awareness is the result of our constantly having to take into account the simultaneity and extension of events and possibilities.” (*apud.* Soja 1999: 20)

É nesta lógica que Berger conclui que qualquer narrativa contemporânea que ignore a urgência da dimensão espacial se encontra incompleta, vestindo as roupagens de uma fábula. O romance moderno será então o local a explorar nesta tentativa de apreensão holista da contemporaneidade. E essa exploração deverá ser feita com o olhar de um geógrafo e com as ferramentas conceituais de que ele habitualmente se socorre.

## 2. As fronteiras do(s) espaço(s)

Proceder a uma cartografia dos espaços equivale a reconhecer fronteiras, a assinalá-las e a descrever a sua natureza. Trata-se, no fundo, de determinar os pontos de referência em relação aos quais os indivíduos se posicionam. Como explica Katherine Kirby em *Indifferent Boundaries: Spatial Concepts of Human Subjectivity* (1996), os espaços podem ser metaforicamente representados como círculos, com um interior – um espaço de inclusão – e um exterior – um espaço de diferença e, portanto, de exclusão (Kirby 1996: 4). Tal como Soja, Kirby defende a primazia de uma perspectiva crítica espacial para a compreensão dos traços constitutivos da contemporaneidade. Mas embora partam de pressupostos teóricos semelhantes, Soja e Kirby oferecem-nos uma terminologia distinta que se adequa a abordagens críticas e a áreas de estudo que, apesar de serem contíguas, se afirmam como autónomas: uma perspectiva geográfica, no caso de Soja, e uma visão cultural, no de Kirby.

De Soja retivemos a noção de um espaço sincrónico, socialmente produzido e construído, que se define pela simultaneidade dos planos que o constituem; Kirby descreve-nos a forma como esses espaços se constroem, se relacionam com outros espaços e, constantemente, se transformam. No seu estudo encontramos um modelo de análise cultural da contemporaneidade, assente na recusa da perspectivação das deambulações do sujeito no(s) espaço(s), como comportando um valor meramente metafórico (Kirby 1996: 6).

Os planos de simultaneidade em que nós, enquanto sujeitos, nos inscrevemos e em função dos quais se constroem as fronteiras do(s) espaço(s) que ocupamos, começam por ser determinados pelo local do nosso nascimento. É este, recorda Kirby, que nos define enquanto sujeitos, providenciando-nos uma língua materna (por vezes um bilinguismo), uma religião e uma estrutura particular de género e de raça:

“National origins predetermine ideological formations; individual cultures, set apart by the bounds of continents and countries, rivers and mountains, form their realities in divergent ways.” (Kirby 1996: 11)

Os espaços físicos originam assim, logo à partida, diferentes espaços psicológicos e culturais. Mas para além desses espaços culturalmente produzidos e construídos de que também Soja fala, Kirby chama a atenção para a necessidade de consideração de um outro espaço com o qual, enquanto sujeitos, nós interagimos continuamente: o espaço do corpo. Kirby explica:

“If I live my body as volume, my ‘femininity’, my gender, resides at its surface, on the level of the clothes I wear or the lipstick I (do or don’t) apply. My race occurs likewise at the surface. The surface of our bodies interact with the divisions between groups drawn up by ideology.” (Kirby 1996:13)

A cor da pele e o género sexual são factores determinantes para a criação de espaços que têm, eles próprios, fronteiras definidas, gerando sentimentos de inclusão e de exclusão. Mas esses espaços, necessariamente psicológicos, são delimitados por fronteiras bem reais:

“Words such as ‘black’ and ‘white’, ‘rich’ and ‘poor’, ‘man’ and ‘woman’, ‘straight’ and ‘queer’, clothe us, define us, determine what we can and can’t do, where we can and can’t go. They are constraining enclosures we seek to vault as well as, often, a ground for identity that we take up purposely, for personal and political reasons.” (Kirby 1996: 13)

Kirby refere ainda a existência de outros espaços que deverão ser considerados: por um lado, a psique, de que o próprio Freud tratou de traçar a topografia e, por outro lado, o espaço do sujeito definido por Lacan, e que a autora considera primordial para um olhar geográfico sobre a contemporaneidade. E é neste aspecto que, creio, é possível reconhecer-se a intersecção das teorias de Soja e de Kirby. Na verdade, ao definir o espaço do sujeito como um espaço que se desenvolve em diferentes planos e para o qual concorrem factores de ordem geográfica, geopolítica, corporal, psíquica, discursiva e social (Kirby 1996: 15), Kirby postula a ideia de simultaneidade que apenas um olhar sincrónico pode apreender. Por vezes, como reconhece Kirby, esses espaços psicológicos, embora tendo como coordenadas lugares físicos e reais, com fronteiras bem definidas, extrapolam as fronteiras desses lugares.

No seu livro, Kirby conduz-nos por um caminho de revisitação das propostas de teoria crítica social que nos últimos anos têm sido avançadas no âmbito dos estudos sobre o espaço. É neste sentido que se refere às teorias de Adrienne Rich, Chandra Talpade Mohanty, Hortense Spiller e D. W. Winnicott, entre outros autores. A consideração destas teorias extrapola os objectivos definidos para o trabalho que agora apresento, mas interessa-me reter as conclusões que Kirby tira a partir da análise destas. Tais conclusões, embora avançadas de uma forma um tanto dispersa por todo o livro, poderão, creio, ser resumidas a dois enunciados. Em primeiro lugar, à defesa da ideia de que um olhar sincrónico sobre a contemporaneidade e sobre os subtextos que a constituem e que se oferecem como objecto de análise ao crítico cultural, poderá ser extremamente útil aos estudos feministas. Na verdade, os estudos sobre o espaço têm contribuído para um melhor entendimento do lugar que é reservado às mulheres na sociedade, tendo em consideração os vários planos de simultaneidade que elas ocupam: os espaços materiais (subúrbios, guetos, cozinhas, despensas) e o espaço dos próprios corpos que, ditando-lhes imperativos sexuais, raciais e culturais, determinam a formação dos espaços de subjectividade em que, afinal, elas se encontram enclausuradas (Kirby 1996: 18; 33; 147-8). Em segundo lugar, a ideia de que os espaços de subjectividade não são delimitados e rígidos, mas em permanente construção. A alteração constante das suas fronteiras é determinada pelo facto de os indivíduos enquanto espaços de subjectividade se relacionarem e interagirem com outros indivíduos que são, eles próprios, espaços de subjectividade. A construção dos espaços de subjectividade comporta assim a ideia de contínua negociação, inscrevendo-se os indivíduos em espaços de interstício entre a realidade e a fantasia. Tais espaços, note-se, são autónomos e auto-referenciais, já que as coordenadas que os definem são fruto da interacção de cada indivíduo com outros espaços, quer de ordem material (os lugares) quer de ordem subjectiva (os outros indivíduos). Essa negociação do indivíduo com os espaços que ocupa ou que os outros indivíduos lhe reservam afecta, como explica Kirby, a própria estrutura da sociedade:

“Like Rich, I consider it necessary to view subjectivity as a place where we live, a space we are, on the one hand, compelled to occupy, and, on the other hand, as a space whose interiority affords a place for reaction and response. Hence I am attracted to the possibilities of reforming the spaces of the subject, with working through the boundary as a way of restructuring the organization of society” (Kirby 1996: 35)

### 3. A utilidade dos estudos sobre o espaço para os Estudos Culturais: um ímpeto revisionista

Como referi no início deste texto, os estudos sobre o espaço que têm sido publicados, de forma regular, na última década, no âmbito da Geografia, da Literatura e da Cultura enquanto áreas de conhecimento, suscitaram uma revivescência da teoria social e das suas aplicações práticas aos lugares, textos e subtextos que constituem a contemporaneidade. Os Estudos Culturais, em particular, beneficiando deste novo olhar sincrónico, têm assumido uma feição claramente revisionista. Mas este processo de revisitação não implica, de forma alguma, a rejeição de interpretações anteriores, antes acrescenta ao que já foi dito, fornecendo novos instrumentos de análise e abrindo novos horizontes.

A leitura de estudos sobre o espaço como o de Soja, de Kirby ou ainda o de Susan Friedman (1998) provocou naturalmente em mim esse ímpeto revisionista, levando-me até à ficção de Katherine Mansfield e, particularmente, à dissertação que apresentei à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1991, no âmbito das minhas Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. Já nessa dissertação procurei demonstrar a forma como a noção de espaço determina e informa a ficção mansfieldiana. Contudo, carecia então da ferramenta conceptual que os estudos sobre o espaço têm vindo a definir na última década e que, na minha opinião, permite um entendimento mais completo da ficção de Katherine Mansfield.

Proceder a uma análise espacial da ficção mansfieldiana é tarefa mais vasta do que aquela que me propus desenvolver neste texto; tenciono cumpri-la, em breve, num outro momento do meu trabalho de investigação. Interessa-me, por agora, chamar a atenção para a utilidade do novo modelo teórico de análise espacial que autores como os que atrás referi têm vindo a definir. A ficção de Mansfield será assim por mim aqui utilizada a título de exemplo, limitando-me a enunciar as grandes linhas que, na minha perspectiva, poderão ser exploradas por um olhar geográfico.

Um primeiro aspecto que deverá ser referido prende-se com o facto de os protagonistas de quase todas as histórias de Katherine Mansfield serem do sexo feminino. Desta forma, o espaço que carece de uma análise geográfica é o espaço do próprio corpo, um espaço que gera sentimentos de claustrofobia, já que não permite nunca às personagens uma abertura de horizontes. Na verdade, este é antes um espaço de invasão por parte do sexo masculino, por vezes uma invasão regular, legitimada pelo casamento (como é o caso do ciclo de histórias neozelandesas), outras vezes uma invasão menos regular mas que assume os contornos de violência, sendo legitimada pela própria sociedade (como é o caso da prostituição a que algumas personagens se vêm implícita ou explicitamente votadas para sobreviverem, nas histórias sobre a cidade). Quer num caso quer noutro, o espaço do corpo feminino, esse espaço continuamente invadido e violentado, relaciona-se com os espaços reais que lhe são reservados: um espaço doméstico, com cheiro a cozinhados e a fraldas, no caso de Linda (“Prelude”, “At the Bay”), um espaço de prostituição nos bares baratos da cidade, no caso de Miss Ada Moss (“Pictures”).

Mas a superfície do corpo feminino comporta ainda mais sinais que se relacionam com as barreiras que vão delimitando o espaço físico em que vivem as personagens da ficção mansfieldiana. Uma abordagem espacial dessa ficção deverá pois ter em conta os sinais de velhice, de excentricidade e de pobreza traduzidos nos velhos acessórios que ostentam as personagens femininas das histórias de Mansfield. Em todas estas histórias que têm mulheres como protagonistas, a vida das personagens desenvolve-se – e só pode ser compreendida nesses termos – em vários planos de simultaneidade: o espaço físico que ocupam, o espaço do corpo, o espaço social que conquistam ou que lhes é reservado e, finalmente, os espaços de interstício em que vivem, fruto da contínua negociação entre o real e a fantasia, nessa tentativa incessante de sobreviver.

As histórias de Katherine Mansfield falam-nos ainda de um outro espaço que não podemos deixar de mencionar, um espaço que se delimita por barreiras físicas e psicológicas inabaláveis: é um espaço de guerra, de morte, de memórias, um espaço que espartilha a dor. Refiro-me, naturalmente, às histórias suscitadas pela mágoa que causou em Mansfield a morte do seu irmão na guerra, em 1915.

Mas nenhuma análise do lugar de centralidade que ocupa o espaço na ficção de Katherine Mansfield poderá descurar a consideração dos espaços em que se inscreveu a própria autora e dos sentimentos que estes nela geraram. De facto, a vida de Mansfield pautou-se sempre por uma ânsia de transcendência dos espaços que lhe estavam reservados. Vivendo na Nova Zelândia, cedo experimentou um sentimento de asfixia que a conduziu até Londres, a cidade viva de promessas. Contudo, uma vez aí chegada, o espaço que lhe estava reservado – um espaço de exclusão social, fora do circuito literário traçado pelo grupo de Bloomsbury – de novo lhe provocou uma sensação de claustrofobia. Em breve Londres se tornou o símbolo de exílio e de esterilidade social e intelectual, metáfora afinal da própria exclusão social sentida pela autora e da esterilidade do seu corpo.

Foi no seu corpo, esse espaço repleto de sinais que determinam a nossa relação material com os outros indivíduos, que Katherine Mansfield encontrou a sua prisão mais dolorosa. Debilitada pela doença (a tuberculose), Mansfield não pôde transcender os espaços de clausura em que vivia – o do seu corpo e o do Velho Continente – pelo que a sua ficção mais tardia se desenvolve essencialmente num plano histórico-espacial – o plano da memória, da recordação de episódios da infância, da revisitação do que já foi para a compreensão do que agora é.

Os itinerários de Katherine Mansfield e a deambulação das suas personagens pelos espaços físicos ou psicológicos, constituem sem dúvida matéria que beneficiará de uma abordagem espacial. O olhar geográfico, o mesmo será dizer, sincrónico, é pois um olhar revitalizador, pelas novas abordagens que sugere e pelos sentidos que ilumina. No meu caso pessoal, não posso deixar de registar, com muito agrado, esta jornada de revisitação da obra de Katherine Mansfield que os estudos sobre o espaço me proporcionaram. Com uma nova ferramenta conceptual tomada emprestada à Geografia, pude aperceber-me da forma como a autora neo-zelandesa retratou na sua ficção, socorrendo-se de uma linguagem que não se inscreve necessariamente no eixo temporal – a linguagem literária – as relações entre os indivíduos do seu tempo (as relações entre os vários espaços de subjectividade), desenvolvendo-se em vários planos de simultaneidade e assim multiplicando-se em significados, símbolos e metáforas. É este um fogo-de-artifício que todos nós, munidos de um olhar sincrónico, educado pelos estudos sobre o espaço, poderemos felizmente agora desfrutar.

## Referências

- Foucault, M. 1986. "Of Other Spaces". *Diacritics* 16.
- Friedman, Susan. 1998. *Mappings: Feminism and the Cultural Geographies of Encounter*. Princeton: Princeton University Press.
- Gordon, C. (ed.). 1980. *Power / Knowledge: Selected Interviews and Other Writings 1972.1977*. New York: Pantheon.
- Kirby, K. 1996. *Indifferent Boundaries: Spatial Concepts of Human Subjectivity*. New York: The Guilford Press.
- Mansfield, K. 1987. *The Collected Stories*. Harmondsworth: Penguin.
- Soja, E. 1999 (1989). *Postmodern Geographies: The Reassertion of Space in Critical Social Theory*. London: Versa.